

	ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR		
01	Descrição da necessidade:	A Administração Pública, no exercício de sua função de zelar pela adequada gestão dos recursos públicos, identificou a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de análise e recuperação de créditos previdenciários decorrentes da majoração indevida da alíquota do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho), com aplicação do Fator Acidentário de Prevenção – FAP. A atividade visa apurar possíveis valores pagos a maior nas contribuições previdenciárias patronais, decorrentes de inconsistências na aplicação do FAP/RAT, possibilitando a compensação ou restituição dos montantes indevidamente recolhidos.	
02	Lista de áreas requisitantes que solicitaram a contratação	Secretaria de Planejamento e Administração	
03	Compatibilidade com o PAC (Plano Anual de Contratações)	No momento, o Município ainda não possui um Plano Anual de Contratações.	
04	Requisitos da contratação	 Realização de todas as auditorias, apurações e perícias necessárias; Elaboração de todos os documentos exigidos para instrução dos requerimentos administrativos; Instauração dos processos administrativos necessários; Acompanhamento, junto à RFB – Receita Federal do Brasil e às demais instituições envolvidas, de todos os processos pela empresa elaborados; Sendo necessário, elaboração das peças textuais e periciais destinadas ao ajuizamento de recursos administrativos e ações judiciais, para as situações de eventual denegação dos pedidos administrativos apresentados; e Sendo o caso, e a critério do Município, o ajuizamento e condução de processos judiciais, por meio de qualquer dos sócios que são advogados da empresa. Dentre demais outros serviços elencados na proposta em anexo. 	
05	Quantidade estimada da contratação	Serviço prestado pelo período de 12 (doze) meses.	
06	Levantamento de mercado	A contratação por Inexigibilidade de Licitação, encontra respaldo no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que permite tal hipótese quando for inviável a competição, especialmente para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.	



-	GOVERNO MUNICIPAL	
		O serviço de recuperação de créditos previdenciários sobre RAT/FAP é considerado de natureza singular, uma vez que envolve conhecimentos técnicos aprofundados nas áreas de legislação previdenciária, tributária, contabilidade aplicada ao setor público e jurisprudência administrativa/judicial. A complexidade da matéria exige capacitação especializada e experiência comprovada no tema.
07	Estimativa de valor (baseado na cotação de preços a ser realizada – média, mediana ou menor valor)	A empresa sugere que o contrato tenha cláusula de valor máximo de honorários a serem pagos, de R\$ 400.000,00, e que o pagamento corresponda: (i) a esse teto, caso a recuperação ultrapasse os R\$ 2.000.000,00 previstos; e (ii) a 20% do montante auferido pelo Município, caso o valor do incremento da arrecadação seja inferior àquele teto.
08	Descrição da solução	A empresa J Marinho se destaca no mercado como especialista na área de recuperação de tributos previdenciários, com ênfase na reavaliação de FAP/RAT. Apresenta portfólio relevante com diversos órgãos e entidades públicas, com casos comprovados de êxito na recuperação de valores significativos, além de dispor de equipe multidisciplinar composta por advogados tributaristas, contadores e atuários. A empresa demonstra notória especialização, comprovada por meio de: - Experiência técnica em órgãos públicos de natureza semelhante; - Publicações técnicas e participação em seminários sobre RAT/FAP; - Corpo técnico altamente qualificado; - Apresentação de metodologia própria e robusta para análise e recuperação dos valores. A proposta apresentada pela J Marinho se baseia em remuneração exclusivamente por êxito, o que evita qualquer despesa antecipada por parte da Administração, além de estar alinhada ao Princípio da Economicidade.
09	Parcelamento da contratação	Não se aplica.
10	Resultados esperados e providências a serem tomadas caso haja intercorrências	Espera-se com a contratação, apurar possíveis valores pagos a maior nas contribuições previdenciárias patronais, decorrentes de inconsistências na aplicação do FAP/RAT, possibilitando a compensação ou restituição dos montantes indevidamente recolhidos. No que se refere às providências a serem tomadas em caso de intercorrências, temos que as mesmas serão analisadas de acordo com a situação a ser apresentada. Também será previsto no edital e no contrato o servidor capacitado, de acordo com sua área técnica, que será responsável pela fiscalização e acompanhamento do objeto do contrato, que poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos serviços.
11	Contratações correlatas a serem realizadas para complementação da contratação (Ex;	No momento, não foi identificado a necessidade de contratação correlatada para a instalação dos objetos.



	materiais a serem adquiridos, cursos especializados, etc)	
12	Impactos ambientais gerados pela contratação	Não há.
13	Conclusão do ETP (viabilidade da contratação – é possível a contração?)	A Contratação atende ao interesse público e é perfeitamente viável.

Sananduva, 04 de setembro de 2025.

Aline da Silva Ficagna Agente de contratação suplente conforme Portaria nº 097/2025

> Sérgio Luiz Fracasso Secretário de Planejamento e Administração



Material:	SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESS FORMALIZAÇÃO DE DEMAN		
() Consumo () Permanente	Setor Solicitante (Secretaria(s) Competente(s)): Secretaria de Planejamento e Administração		
(X) Serviços	Justificativa	Responsável	
Fonte de Recursos: Recursos Próprios do Município.	A Administração Pública, no exercício de sua função de zelar pela adequada gestão dos recursos públicos, identificou a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de análise e recuperação de créditos previdenciários decorrentes da majoração indevida da alíquota do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho), com aplicação do Fator Acidentário de Prevenção – FAP. A atividade visa apurar possíveis valores pagos a maior nas contribuições previdenciárias patronais, decorrentes de inconsistências na aplicação do FAP/RAT, possibilitando a compensação ou restituição dos montantes indevidamente recolhidos.	Existe a necessidade de aquisição material / serviço descrito abaixo. Estou de acordo com a solicitação e justificativa.	
		Sérgio Luiz Fracasso Secretário de Planejamento e Administração	
		Data: 04/09/2025	
Indicação do respo	nsável para fiscalização do contrato: Sérgio Luiz Fracass	0	
	Modalidade de licitação a ser utilizada:		
() Chamamento P	Público		
() Chamamento P	rúblico para Credenciamento		
() Concorrência P	Pública Eletrônica		
() Concorrência P procedimento já ad	Pública Presencial - <u>Encaminhar documento com justificotado</u>	ativa conforme	
() Pregão Eletrôn	ico		
() Pregão Presenc adotado	ial – Encaminhar documento com justificativa conform	e procedimento já	



(X) Inexigibilidade

() Dispensa Eletrônica

() Dispensa sem procedimento eletrônico

Critério de Julgamento:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;" Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Item	Material Especificado	Quantidade	Unidade
01	Contratação da empresa J. Marinho para a prestação de serviços recuperação de contribuição previdenciária sobre RAT/FAP, consistindo em: - Realização de todas as auditorias, apurações e perícias necessárias; - Elaboração de todos os documentos exigidos para instrução dos requerimentos administrativos; - Instauração dos processos administrativos necessários; - Acompanhamento, junto à RFB — Receita Federal do Brasil e às demais instituições envolvidas, de todos os processos pela empresa elaborados; - Sendo necessário, elaboração das peças textuais e periciais destinadas ao ajuizamento de recursos administrativos e ações judiciais, para as situações de eventual denegação dos pedidos administrativos apresentados; e - Sendo o caso, e a critério do Município, o ajuizamento e condução de processos judiciais, por meio de qualquer dos sócios que são advogados da empresa. Dentre demais outros serviços elencados na proposta em anexo.	12	Meses

DOCUMENTOS TÉCNICOS:

Caso o produto/serviço a ser adquirido/contratado necessite de qualificação técnica específica, informar quais documentos deverão ser exigidos no Edital para que seja comprovada a habilitação do vencedor (exemplo: atestado de capacidade técnica, registro CREA/CAU/CRC, certificados de cursos específicos, etc...).

01	A empresa deverá comprovar habilitação econômico financeira, bem como qualificação técnica.
02	
03	



EXIGÊNCIAS QUANTO AO PRODUTO/SERVIÇO:

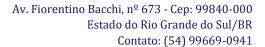
- Caso haja exigências específicas quanto à aquisição do produto/ prestação do serviço, informar quais serão para que seja colocado no Termo de Referência (exemplo: combustíveis – necessidade de prestação de serviço 24 horas, produtos – local de entrega (para cálculo do frete), prazo de entrega ou prazo para início da prestação dos serviços, etc...)

OBS: Tais exigências deverão constar também na pesquisa de preço encaminhada aos fornecedores, pois as mesmas influenciam no preço a ser cotado.

01	Reuniões online quando necessário.
02	
03	

Aline da Silva Ficagna

Aline da Silva Ficagna Agente de contratação suplente conforme Portaria nº 097/2025







TERMO DE ABERTURA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CLAITON EDÚ MONTEIRO DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Sananduva, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, resolve:

01 – Autorizar a inexigibilidade de processo licitatório.

a) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

b) Número: 0019/2025

- c) **Objeto**: Contratação da empresa J. Marinho para a prestação de serviços recuperação de contribuição previdenciária sobre RAT/FAP.
- d) Valor Total: Conforme Estudo Técnico Preliminar, o valor máximo de honorários a serem pagos é de R\$ 400.000,00, e que o pagamento corresponda: a esse teto, caso a recuperação ultrapasse os R\$ 2.000.000,00 previstos; e a 20% do montante auferido pelo Município, caso o valor do incremento da arrecadação seja inferior àquele teto.
- e) Contratado: J MARINHO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Juiz de Fora, nº 284, Bairro Barro Preto, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30180-060, inscrita no CNPJ sob nº 22.737.795/0001-58.
- f) Dispositivo legal: Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal n. 14. 133/2021.
- g) Dotação orçamentária: 0301 2012 339035000000 (120).

Sananduva, RS, 07 de outubro de 2025.

CLAITON EDÚ MONTEIRO DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL



AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2025

O Município de Sananduva torna público a realização de procedimento de inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa J MARINHO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA para a prestação de serviços recuperação de contribuição previdenciária sobre RAT/FAP. O valor máximo de honorários a serem pagos é de R\$ 400.000,00, e que o pagamento corresponda a esse teto, caso a recuperação ultrapasse os R\$ 2.000.000,00 previstos; e a 20% do montante auferido pelo Município, caso o valor do incremento da arrecadação seja inferior àquele teto. **J MARINHO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 22.737.795/0001-58. Maiores informações pelo fone (54) 99662-5781, e-mail <u>licitacao@sananduva.rs.gov.br</u> e pelo site <u>www.sananduva.rs.gov.br</u>, no link Licitações – Inexigibilidade ou *Licitacon*.

Sananduva RS, 11 de outubro de 2025. CLAITON EDÚ MONTEIRO DE AGUIAR – PREFEITO MUNICIPAL.